

Formulário de candidatura

PARTE 1: DADOS BÁSICOS

Detalhes da experiência (completar as informações abaixo de forma clara e concisa)

| | | |
|--|--|---|
| Título da experiência: CONSULTA POPULAR | | |
| Nome da cidade ou região: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | |
| Habitantes da cidade ou território: 11.422.973 | | |
| País: BRAZIL | | |
| Instituição candidata: (nome da câmara municipal o prefeitura, departamento, governo, instituição que lidera a experiência do candidato) GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL | | |
| Website da experiência ou instituição: https://planejamento.rs.gov.br/consulta-popular | | |
| Perfis da experiência ou instituição nos meios de comunicação social: https://www.facebook.com/consultapopularRS | | |
| Data de início da experiência: 1998 | | |
| Data de conclusão da experiência: (se não estiver concluída, indicar "em vigor"): EM VIGOR | | |
| Orçamento da experiência: indicar o orçamento da experiência ou os recursos mobilizados para o seu desenvolvimento e implementação. R\$ 50.770.000,00 | | |
| Tipo de experiência <i>Marcar com um X na coluna da direita</i> | Nova experiência | |
| | Inovação sobre uma experiência existente | X |
| | Continuidade de uma experiência | |
| Tipo de experiência <i>Marcar com um X na coluna da direita (pode ser escolhida mais do que uma opção)</i> | Orçamentação participativa | X |
| | Planejamento participativo | X |
| | Conselho Permanente | |

Formulário de candidatura

| | | |
|---|--|---|
| | Espaço/oficina para diagnóstico, monitorização, etc. | |
| | Audiência Pública/Fórum | |
| | Votação/referendo | X |
| | Assembleias / Júris cidadãos / Espaços deliberativos | X |
| | Governo eletrónico/ plataformas governamentais/digitais abertas | X |
| | Iniciativas legislativas/cidadãos | X |
| | Outros (por favor especifique): | |
| <p>Objetivo da experiência</p> <p><i>Marcar com um X na coluna da direita (pode ser escolhida mais do que uma opção)</i></p> | Atingir maiores níveis de igualdade na participação | X |
| | Incorporar a diversidade como critério de inclusão | |
| | Empoderamento da comunidade | X |
| | Reforçar a cidadania não organizada | X |
| | Expansão dos direitos dos cidadãos relacionados com a participação política | X |
| | Conectando diferentes instrumentos de participação dentro de um 'ecossistema' de democracia participativa. | X |
| | Melhorar a qualidade da tomada de decisões públicas através de mecanismos de democracia participativa | X |
| Melhorar a eficácia e eficiência dos mecanismos de democracia participativa | X | |

Formulário de candidatura

| | | | |
|--|--|----------|---|
| | Melhorar a avaliação e o acompanhamento dos mecanismos de democracia participativa | X | |
| | Melhorar qualquer política pública através da participação activa dos cidadãos | X | |
| Âmbito territorial <i>Marcar com um X na coluna da direita (pode escolher mais do que uma opção)</i> | Território no seu conjunto | Local | |
| | | Regional | X |
| | Distrito | | |
| | Bairro | | |
| Área temática <i>Marcar com um X na coluna da direita (pode ser escolhida mais do que uma opção)</i> | Governança | X | |
| | Educação | X | |
| | Transporte / Mobilidade | | |
| | Gestão urbana | X | |
| | Saúde | X | |
| | Segurança pública | X | |
| | Ambiente / Alterações climáticas e/ou agricultura urbana | X | |
| | Novos movimentos e associações sociais | | |
| | Cultura | X | |
| | Habituação | X | |
| | Criação de emprego | X | |
| | Descentralização | | |

Formulário de candidatura

| | | |
|--|--|---|
| | Desenvolvimento local | X |
| | Educação/formação | X |
| | Economia e/ou finanças | |
| | Normas legais | |
| | Inclusão social | |
| | Todos | |
| | Outros (Escrever o tópico) | |
| <p>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) associados à prática</p> <p><i>Marcar com um X na coluna da direita (pode escolher mais do que uma opção)</i></p> <p>Podem também acrescentar o objetivo específico</p> | ODS 1 - Erradicação da pobreza | |
| | ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável | X |
| | ODS 3 - Saúde e bem-estar | X |
| | ODS 4 - Educação de qualidade | X |
| | ODS 5 - Igualdade de gênero | |
| | ODS 6 - Água limpa e saneamento | X |
| | ODS 7 - Energia limpa e acessível | X |
| | ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico | X |
| | ODS 9 - Inovação infraestrutura | X |
| | ODS 10 - Redução das desigualdades | |
| | ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis | X |
| | ODS 12 - Consumo e produção responsáveis | X |

Formulário de candidatura

| | | |
|--|--|---|
| | ODS 13 - Ação contra a mudança global do clima | |
| | ODS 14 - Vida na água | |
| | ODS 15 - Vida terrestre | |
| | ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes | |
| | ODS 17 - Parcerias e meios de implementação | X |

PARTE 2: DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Por favor, preencha os seguintes campos de forma clara e concisa. Pode acrescentar ligações se o considerar apropriado.

Contexto

O Rio Grande do Sul localiza-se no extremo sul do Brasil, e apresenta uma área de 281.707,15 km². Sua população (2020) foi estimada em 11.422.973 habitantes, aproximadamente 5,4% da população brasileira. Possui uma grande diversidade cultural e de paisagens. Em sua formação étnica, destaca-se a presença de descendentes de povos indígenas, negros e europeus. Apresenta um quadro diferenciado quanto aos indicadores sociais no comparativo com os demais estados da federação, destacando-se pelos baixos índices de mortalidade infantil, próximo de 10 óbitos por mil nascidos vivos; esperança de vida ao nascer superior a 77 anos e taxa de alfabetização superior a 96%². A sua produção econômica também se destaca, com 6,5% do Produto Interno Bruto nacional em 2018, colocando o Estado em 4º lugar entre os estados da Federação.

Com base produtiva diversificada, o Estado tem forte participação da agroindústria e atualmente tem se destacado na promoção da inovação, tendo recentemente sediado o evento do South Summit Brasil 2022. Entretanto, a preocupação com as desigualdades regionais sempre esteve presente no contexto das análises e na elaboração de políticas públicas. A concentração da população e das atividades econômicas no nordeste do estado, tem levado os administradores a desenvolver estudos e instrumentos que promovam a participação da sociedade e, principalmente, contribuam com o equilíbrio territorial. Nesse contexto, é que se enquadra a participação da sociedade na elaboração da Lei do Orçamento Anual.

Precedentes

Em meio a um processo de redemocratização marcado pela promulgação da Constituição Brasileira de 1988 e pela Constituição Estadual de 1989, buscou-se incrementar a participação no planejamento governamental, em especial, no Orçamento Anual. A intenção ganhou força com a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, em 1994, quando as demandas passaram a ser encaminhadas para o Orçamento Estadual. Em 1998, com a Política de Desenvolvimento Regional, a Consulta Direta à População foi instituída. A partir de então, o Governo do Estado passou a destinar parte do seu orçamento para ser decidido pela Consulta, que tem se mostrado um instrumento de distribuição mais equilibrada dos recursos públicos e de aproximação das comunidades regionais. Desde então a Consulta Popular passou a se constituir em no processo de participação da sociedade no Orçamento Público, pela qual são votados projetos prioritários de cada um dos 28 Conselhos do Estado. Inicialmente foi desenvolvido a partir de cédulas de votação impressas, o processo evoluiu para votação on-line e hoje é realizado por meio de plataforma colaborativa que permite maior engajamento dos eleitores, desde a elaboração das propostas até a votação. Cada cidadão pode incluir uma ideia que, a partir do apoio de outras pessoas, pode constituir um projeto e fazer parte da cédula de votação. Somente em 2021, recebemos mais de mil propostas e 112.496 mil pessoas participaram do processo escolhendo as prioridades da região.

Objetivos da experiência

*Qual dos objetivos enumerados na Parte 1 considera ser o mais importante, e apontar outros objetivos notáveis da experiência (**Em 100 palavras no máximo**)*

As Assembleias/espços deliberativos, garantem a participação da população na formulação, execução e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento regional. A participação social contribui para o conhecimento dos anseios e expectativas dos cidadãos relacionados ao governo, o que pode levar a uma gestão mais eficiente na distribuição do orçamento. A realização das Assembleias não pode significar apenas o cumprimento de um requisito legal, mas deve representar uma verdadeira participação social, na qual os cidadãos estejam informados e engajados na construção de melhorias. A participação social fortalece a democracia, oportunizando o envolvimento dos cidadãos nas questões que envolvem as suas regiões.

Metodologia

*Descrever a metodologia da experiência: fases do processo, canais de participação (**máximo de 300 palavras**).*

Formulário de candidatura

Desde 1998, o Estado do Rio Grande do Sul instituiu através da Lei n. 11.179, que a população defina diretamente parte dos investimentos e serviços que constarão no orçamento do Estado. Anualmente, o Governo do Estado distribui o valor fixado entre as 28 regiões do Estado, de acordo com critérios como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE. Cada uma dessas 28 regiões possui um Conselho de Desenvolvimento (chamado de COREDE) que representa a região nas demandas junto ao Estado. No ano de 2021, o processo ocorreu entre os meses de setembro a dezembro e foi desenvolvido em 8 etapas: iniciou-se com o Governador definindo os valores para a Consulta Popular, seguido de Assembleias realizadas pelo Estado nas 28 regiões para explicar o processo da Consulta Popular anual. Foi aberto prazo para o envio de propostas para as regiões, via aplicativo, por qualquer cidadão e engajamento através de likes e apoio nas propostas. Após, as propostas foram pré-avaliadas pelo Estado a fim de verificar a possibilidade ou não de execução, caso fossem eleitas. As propostas deferidas, que totalizaram mais de mil, seguiram para novas Assembleias nas regiões para que a população analisasse a importância delas na região. A proposta que teve mais apoio/likes já estava garantida na cédula de votação do COREDE. Os COREDEs realizaram Assembleias para definição das propostas que iriam compor a cédula de votação e, por fim, a votação ocorreu totalmente online, através de aplicativo ou site do Governo do Estado. Cada região, representada por seu COREDE, tinha uma cédula online e buscou votos para que as demandas fossem eleitas. Após a votação, que ocorreu entre os dias 22 de novembro a 15 de dezembro, iniciou-se a fase de execução para o repasse do orçamento do Estado.

Inovação

Explique o que considera ser o aspecto mais inovador da prática. (Máximo 150 palavras)

Até o ano de 2020, o cidadão participava apenas do processo de votação da Consulta Popular. Todas as demandas que constavam nas cédulas de votação eram definidas pelos COREDEs através de seus Planos Estratégicos de Desenvolvimento criados no ano de 2015. Nos Planos, tinham todas as demandas prioritárias das regiões e, era a partir delas, que as Assembleias escolhiam em quais o cidadão poderia votar. A partir de 2021, inserimos os cidadãos no início do processo, a fim de que ele pudesse enviar as suas ideias e propostas, via aplicativo, para as regiões e não ficasse limitado às demandas dos Planos Estratégicos, o que totalizou mais de mil propostas recebidas. Com isso, o cidadão também passou a se engajar a buscar apoio para que a sua proposta fosse eleita e recebesse recurso do Estado para ser executada. Ainda, implantamos um chat para o cidadão acompanhar a execução dos projetos eleitos.

Inclusão

Aponte como tem sido importante incluir o maior número possível de grupos e populações diversas e como o conseguiu. (Máximo 150 palavras)

Foi através da implantação do envio das propostas por parte dos cidadãos, em 2021, que foi possível incluir o maior número de participações. Recebemos mais de mil propostas, o que comprova que o exercício da cidadania compreende ações que vão além da responsabilidade do voto e passa a abranger a discussão sobre os problemas públicos, o debate sobre novas propostas, o destino do orçamento público, a colaboração no espaço público e o posicionamento nas deliberações. Incluir o cidadão no debate e na definição dos gastos o valoriza e estimula o seu envolvimento na construção dos planos orçamentários, na fiscalização dos gastos públicos e no exercício da cidadania, além de estabelecer um canal de comunicação entre o Governo e a sociedade. Essa relação com o cidadão exige o comprometimento do gestor com uma gestão aberta e receptiva, que fomenta a cultura de engajamento de dentro do Governo.

Comunicação

Qual tem sido a estratégia e os canais de comunicação da experiência para que a população saiba e se envolva. (Máximo 150 palavras)

Os COREDEs recebem recurso do Estado para promover a publicidade da Consulta Popular e utilizam para impressão de panfletos, inserções em rádio e televisão. Além dos COREDEs, o próprio Estado também faz a sua mídia. As principais estratégias utilizadas foram os compartilhamentos e uso de hashtags nas redes sociais, além do envio das propostas ser feito apenas pelo aplicativo, o que fazia com que ocorresse o disparo de mensagens no próprio aplicativo sobre as etapas da Consulta Popular para que o cidadão acompanhasse o processo. Os principais canais de comunicação utilizados foram mídia escrita e falada (jornais e rádio), site institucional do Governo, aplicativo da Consulta Popular e redes sociais.

Articulação com outros atores

Explicar como a experiência foi articulada com diferentes atores e processos simultâneos ou pré-existentes. Que papéis assumiram estes participantes? Explicar o grau de sucesso desta articulação. (Máximo de 150 palavras)

Os 28 COREDEs são de grande importância para a realização da Consulta Popular. É através deles que a sociedade se engaja e busca maior participação no processo democrático. Cada COREDE possui o seu método de trabalho, mas com o mesmo objetivo que é buscar recursos para as suas regiões. É através dos COREDEs que as Universidades e Prefeituras participam do processo da Consulta Popular e engajam seus alunos, servidores e população em geral. Em 2021 contamos ainda com o apoio de influenciadores digitais que levaram a novidade da Consulta Popular para o seu público, pedindo para que enviassem as suas ideias e propostas para melhorias em suas regiões. Todos os participantes possuem papéis importantes e o sucesso de termos alcançado mais de mil propostas num processo de inovação é atribuído a todos que se engajaram para esse resultado.

Avaliação:

Que mecanismos de avaliação foram implementados? Desenvolver se os cidadãos foram envolvidos na avaliação da prática (300 palavras no máximo).

Foi implantado um sistema de “livechat” para que todo cidadão possa acompanhar o trâmite das demandas eleitas, avaliar o processo, elogiar e criticar, além de buscar informações sobre a liberação dos recursos. Esse chat, que é atendido pela equipe de governança da Consulta Popular, deixa o cidadão mais próximo do Governo, de modo que o processo da Consulta Popular se torne cada vez mais transparente. Essa política estimula o envolvimento dos cidadãos na fiscalização dos gastos públicos e no exercício da cidadania. Através do aplicativo também é possível fazer avaliações do serviço, sendo que os COREDEs também possuem canais de escuta da população para avaliar os serviços implementados.

Impactos e resultados

Descrever os impactos e resultados do processo. Quantas pessoas participaram e quais são os seus perfis. Quais têm sido os impactos nas políticas públicas, no funcionamento da administração e nos cidadãos. (Máximo 300 palavras)

Os serviços prestados ao público devem ter um impacto real nas suas necessidades e expectativas, enquanto melhora a relação entre os recursos empregados e os resultados obtidos. A participação é capaz de produzir políticas mais eficientes, pois o envolvimento dos cidadãos contribui para a elaboração de políticas mais efetivas e satisfatórias. Na Consulta Popular 2021 tivemos a participação de 118.404 cidadãos, entre Assembleias e votação, sendo que a maioria eram homens, com mais de 25 anos. Esse perfil é o mesmo encontrado durante as mobilizações das assembleias, visto que de 28 COREDEs apenas 8 são comandados por mulheres. Na fase de envio de propostas, foram mais de 1.000 recebidas entre as 28 regiões, o que foi impactante como inovação na Consulta Popular. O impacto da Consulta Popular nos municípios menores que buscam recursos para melhorias faz com que o engajamento seja contínuo, criando um relacionamento entre a população e o governo. Essa relação exige o comprometimento do gestor com uma gestão aberta e receptiva. Diante de um cenário em que a maioria dos atos são realizados dentro do aparato estatal, em um ambiente restrito aos gestores públicos, a participação da população torna-se indispensável para garantir a pluralidade e representatividade dessas ações. O envolvimento dos cidadãos, principais afetados pelos atos públicos, confere maior valor às decisões governamentais, o que faz com que a administração pública passe a valorizar, cada vez mais, a construção em conjunto dos seus servidores e da população, como os planos de ação que podem ser traçados, os fatores externos de sua influência, os princípios norteadores de atuação, o que contribui para impulsionar a instituição na busca por resultados.

PARTE 3: RESUMO DA EXPERIÊNCIA

Resumo da experiência

Um resumo da experiência: origem, objetivos, funcionamento, resultados, seguimento e avaliação (Não hesite em repetir aspetos que já foram escritos anteriormente, este resumo é o que será partilhado na plataforma digital para a avaliação aberta e na publicação do prémio).

(Em um máximo de 500 palavras)

A Consulta Popular, criada em 1998 no Estado do Rio Grande do Sul, através da Lei nº 11.179, possui como característica principal a participação do cidadão na divisão do orçamento do Estado. O Estado do Rio Grande do Sul é o único Estado do Brasil que possui essa política pública no âmbito estadual e, desde a sua criação, já movimentou mais de 13 milhões de cidadãos que deixaram de ter um papel coadjuvante e tornaram-se corresponsáveis na busca por soluções para os problemas coletivos. Anualmente, o Governo do Estado distribui valores entre as 28 regiões do Estado, de acordo com critérios como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE. Cada uma dessas 28 regiões possui um Conselho de Desenvolvimento (chamado de COREDE) que possui diretoria e representa a região nas demandas junto ao Estado. No ano de 2021, o processo ocorreu entre os meses de setembro a dezembro e foi desenvolvido em 8 etapas: iniciou-se com o Governador definindo os valores para a Consulta Popular, seguido de Assembleias realizadas pelo Estado nas 28 regiões para explicar o processo da Consulta Popular anual. Foi aberto prazo para o envio de propostas para as regiões, via aplicativo, por qualquer cidadão e engajamento através de likes e apoio nas propostas. Após, as propostas foram pré-avaliadas pelo Estado a fim de verificar a possibilidade ou não de execução, caso fossem eleitas. As propostas deferidas, que totalizaram mais de mil, seguiram para novas Assembleias nas regiões para que a população analisasse a importância delas na região. A proposta que teve mais apoio/likes já estava garantida na cédula de votação do COREDE. Os COREDEs realizaram Assembleias para definição das propostas que iriam compor a cédula de votação e, por fim, a votação ocorreu totalmente online, através de aplicativo ou site do Governo do Estado. Cada região, representada por seu COREDE, tinha uma cédula e buscou votos para que as demandas fossem eleitas. Após a votação, que ocorreu entre os dias 22 de novembro a 15 de dezembro, iniciou-se a fase de execução, em que cada cidade ou região enviou o projeto da demanda eleita para o Estado iniciar os trâmites com repasse do orçamento aos municípios e regiões. Foi implantado um chat, que é atendido pela equipe de governança da Consulta Popular, deixando o cidadão mais próximo do Governo, para que ele possa acompanhar o andamento dos projetos e pagamentos dos recursos. Na Consulta Popular 2021 tivemos a participação de 118.404 cidadãos, sendo que a maioria eram homens, com mais de 25 anos. Esse perfil é o mesmo encontrado durante as mobilizações das assembleias, visto que, de 28 COREDEs, apenas 8 são comandados por mulheres. Diante de um cenário em que a maioria dos atos são realizados dentro do aparato estatal, em um ambiente restrito aos gestores públicos, a participação da população torna-se indispensável para garantir a pluralidade e representatividade dessas ações. A Consulta Popular, além de um planejamento estratégico das regiões do Estado, tem como diretriz uma gestão democrática, garantindo a participação da população.

Formulário de candidatura

Convidamo-lo a partilhar anexos para melhor ilustrar a sua experiência: vídeos, fotos, documentos.... Pode enviá-los através de um grande sistema de entrega de documentos como WeTransfer, Dropbox ou Google Drive.